

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATA**
 - 1.1 – Comissão
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissão
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ATA

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/5/2018

Às 16 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Nozinho e Doutor Wilson Batista, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do Sr. Márcio de Oliveira Lourenço, manifestando indignação com a suspensão do benefício que seu irmão, o Sr. Marcos de Oliveira Lourenço, recebe do INSS e pedindo apoio desta Comissão para conseguir resolver esse problema. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 10.706/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 11.862/2018, dos deputados Duarte Bechir, Nozinho e Doutor Wilson Batista, em que requerem sejam ouvidos na 11ª Reunião Ordinária, em 8/5/2018, a Sra. Fabiana Cruzelina Silva e o Sr. Feisio Araújo Silva.

Em seguida, é aprovado relatório de visita à Praça Rio Branco e às imediações do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro – Tergip –, em Belo Horizonte, realizada em 23/4/2018, que segue publicado após assinatura. A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, a requerimento dos deputados Duarte Bechir, Nozinho e Doutor Wilson Batista, destina esta fase da reunião para ouvir a Sra. Fabiana Cruzelina Silva e o Sr. Feisio Araújo Silva. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2018.

Duarte Bechir, presidente.

RELATÓRIO DE VISITA**Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência****Local visitado: Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro****Apresentação**

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 11.373/2018, de autoria do deputado Duarte Bechir, esta comissão visitou, no dia 23/4/2018, o Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro – Tergip –, no Município de Belo Horizonte, para conhecer as condições de mobilidade e acessibilidade oferecidas no local às pessoas com deficiência.

Participaram da visita o deputado Duarte Bechir, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que foi recebido pela Sra. Denise Vieira, chefe de gabinete da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig –, e outros representantes da empresa. Também estiveram presentes o Sr. Ananias Moreira, professor do Instituto São Rafael, a Sra. Wilma Oliveira, ex-diretora da escola especial Yolanda Martins Silva, e o Sr. Iocanan Moreira, representando o Sr. Lúcio Fernando Borges, presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – Crea-MG.

Relato

O Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro – Tergip –, localizado na Praça Rio Branco, no Centro de Belo Horizonte, foi inaugurado em 1971 para o embarque e desembarque de passageiros do transporte coletivo intermunicipal e interestadual de Minas Gerais. Atualmente funcionam no local 230 linhas de ônibus, e são atendidos, em média, 40 mil passageiros por dia. O Tergip oferece ainda outros serviços à população, como lanchonetes, caixas eletrônicos de bancos, correios e lotéricas.

No início do evento, o deputado Duarte Bechir relatou que, durante a semana do Carnaval deste ano, Paulo Ribeiro, ex-aluno do Instituto São Rafael, caiu no estacionamento da rodoviária e teria apresentado complicações decorrentes do acidente, falecendo após alguns dias, fato que motivou a visita da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência ao local.

Ananias Moreira, professor do Instituto São Rafael, complementou o relato acrescentando que quatro pessoas com deficiência visual teriam sofrido quedas no referido estacionamento no último ano. Observou que não basta instalar sinalizações, como o piso tátil, para melhorar a mobilidade desse público, mas que é fundamental capacitar os funcionários para o seu devido atendimento.

Denise Vieira, chefe de gabinete da Codemig, apresentou informações sobre o terminal rodoviário e seu funcionamento. Segundo ela, o espaço passa por transformações desde que a responsabilidade pela administração de suas instalações e atividades foi transferida da Prefeitura de Belo Horizonte para o Estado, por meio da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig –, em 1º/3/2016.

Denise Vieira disse que a atual gestão assumiu o local em condições precárias e tem tomado providências para oferecer segurança, mobilidade e bem-estar aos usuários, realizando melhorias que demandaram investimentos de mais de R\$5,5 milhões.

Segundo a chefe de gabinete da Codemig, a empresa já providenciou manutenção permanente dos elevadores, revitalização dos pisos, troca das cadeiras para espera dos ônibus, reforma dos sanitários e instalação de bebedouros acessíveis. As melhorias em andamento incluem a colocação de piso tátil, a substituição das duas esteiras rolantes (que não funcionam desde 1973) e o reparo dos telhados.

Em seguida, os participantes da visita se dirigiram ao local onde teria ocorrido a queda de Paulo Ribeiro. Ananias Moreira esclareceu que, quando as pessoas com deficiência visual desembarcam dos ônibus e sobem a escadaria que termina no estacionamento, podem virar à direita – e sair no acesso direto para o passeio contíguo à Rua Paulo de Frontin – ou à esquerda,

quando permanecem transitando pelo estacionamento. Ao saírem pelo pavimento térreo do terminal, os usuários também podem se encaminhar para essa área, devido à falta de sinalização.

Apesar de situado no nível térreo da rodoviária, o estacionamento é elevado em relação ao nível das Ruas Paulo de Frontin e Saturnino de Brito, que o contornam. Em alguns pontos, a diferença chega a dois metros. Como não há sinalização ou barreiras, como muros ou grades, para delimitar o espaço, as pessoas com deficiência visual podem caminhar em direção à rua, orientadas pelo som do trânsito, e cair nos passeios.

Questionada pelo deputado Duarte Bechir sobre as possibilidades de intervenção para garantir a segurança no local, a chefe de gabinete da Codemig explicou que, como a fachada do terminal rodoviário é tombada, qualquer modificação precisa ser aprovada pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte.

O deputado ressaltou a necessidade de medidas emergenciais para que se evitem novos acidentes. Denise Vieira se comprometeu a marcar reunião com representantes da Prefeitura para que se analise a situação e se indiquem soluções para o problema e reconheceu a importância de ouvir representantes do Instituto São Rafael acerca das medidas necessárias à melhoria da acessibilidade no terminal.

Conclusão

A visita possibilitou à Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência conhecer as condições de acessibilidade oferecidas às pessoas com deficiência visual pelo Terminal Rodoviário de Belo Horizonte e as intervenções necessárias para assegurar a segurança de mobilidade em seus espaços, especialmente na área do estacionamento.

Diante da verificação das dificuldades apresentadas por esse público para transitar no local, o deputado Duarte Bechir informou que a comissão realizará uma audiência pública para debater as alternativas para sua solução, com a presença de representantes das pessoas com deficiência visual, do Tergip e da Prefeitura de Belo Horizonte.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2018.

Duarte Bechir, relator.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/5/2018

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.871, que institui as carreiras de técnico da Defensoria Pública e analista da Defensoria Pública e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.882, que altera as Leis nºs 4.747, de 9 de maio de 1968; 5.960, de 1º de agosto de 1972; 6.763, de 26 de dezembro de 1975; 11.363, de 29 de dezembro de 1993; 14.699, de 6 de agosto de 2003; 14.937, de 23 de dezembro de 2003; 14.940, de 29 de dezembro de 2003; 14.941, de 29 de dezembro de 2003; 15.424, de 30 de dezembro de 2004; 15.464, de 13 de janeiro de 2005; 19.976, de 27 de dezembro de 2011; 20.922, de 16 de outubro de 2013; 21.735, de 3 de agosto de 2015; 21.972, de 21 de janeiro de 2016; 22.257, de 27 de julho de 2016; 22.437, de 21 de dezembro de 2016, e 22.549, de 30 de junho de 2017, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 153, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 138, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre a licença para tratamento de saúde dos servidores atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.733, que dispõe sobre o desenvolvimento de ações de acompanhamento psicossocial das famílias das vítimas de calamidades públicas no Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.752, que altera o art. 5º-A da Lei nº 15.962, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a concessão de reajuste nos vencimentos básicos das categorias que menciona, estabelece as tabelas de vencimento básico dos policiais civis e militares, altera as Leis nºs 11.830, de 6 de julho de 1995, e 14.695, de 30 de julho de 2003, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.761, que modifica a Lei nº 14.486, de 9 de dezembro de 2002, que disciplina o uso de celulares em salas de aula, teatros, cinemas e igrejas. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.762, que determina a adoção de medidas para assegurar a autenticidade das informações veiculadas nos sites governamentais e a segurança nas transações realizadas em meio eletrônico entre os órgãos e entidades da administração pública do Estado e os cidadãos. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.763, que altera a Lei nº 14.235, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimento bancário. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.765, que altera a Lei nº 13.768, de 1º de dezembro de 2000, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão público ou entidade sob controle direto ou indireto do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

PAA Familiar. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.848, que dá denominação ao próprio público que sedia o Ministério Público do Estado no Município de Ouro Fino. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.856, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.861, que dispõe sobre o porte de arma de fogo pelo Agente de Segurança Socioeducativo de que trata a Lei nº 15.302, de 10 de agosto de 2004. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.863, que proíbe a utilização, no Estado, de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de perfumes e produtos cosméticos e de higiene pessoal e seus componentes. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.865, que altera a Lei nº 10.545, de 13 de dezembro de 1991, que dispõe sobre produção, comercialização e uso de agrotóxico e afins. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.867, que dispõe sobre a inserção de mensagem educativa em cardápios, lista de preços e material promocional de estabelecimentos que comercializem bebida alcoólica para consumo imediato. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.874, que institui o Sistema Estadual de Cultura, o Sistema de Financiamento à Cultura e a Política Estadual de Cultura Viva e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.880, que dispõe sobre as ações de manutenção de estradas e rodovias no Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 15/5/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 10.652/2018, do deputado Cássio Soares; 10.690 e 10.748/2018, do deputado Felipe Attiê; 10.696, 10.704, 10.705, 10.720, 10.728 e 10.769/2018, do deputado Sargento Rodrigues; 10.697/2018, do deputado Ricardo Faria; e 10.749/2018, do deputado Coronel Piccinini.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a autonomia da perícia oficial de natureza criminal do Estado.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 15/5/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n.ºs 10.661 e 10.668/2018, da deputada Ione Pinheiro, 10.733 a 10.742/2018, do deputado Thiago Cota; 10.750, 10.751, 10.753 a 10.756 e 10.845/2018, do deputado Ulysses Gomes; 10.776/2018, da Comissão de Administração Pública; e 10.843/2018, do deputado Felipe Attiê.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a apresentar e debater o projeto e o aplicativo móvel Na Ponta do Lápis, elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 15/5/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 15/5/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a segurança viária em razão do Movimento Maio Amarelo, criado para conscientização e mobilização do poder público e da sociedade civil contra o elevado índice de mortos e feridos em decorrência da violência no trânsito.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 15/5/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.064/2017, do deputado Fred Costa.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 15/5/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.614/2017, do deputado Isauro Calais.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 15/5/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.469/2017, do deputado Hely Tarquínio, e 4.690/2017, do deputado Dilzon Melo.

Requerimentos nºs 10.686/2018, do deputado João Leite; 10.795/2018, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 10.812/2018, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 10.838/2018, do deputado Luiz Humberto Carneiro; e 10.844/2018, do deputado Ulysses Gomes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 15/5/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 10.551 e 10.558 a 10.560/2018, da Comissão de Participação Popular, e 10.641/2018, do deputado Gil Pereira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Wilson Batista, Bonifácio Mourão, Doutor Jean Freire e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/5/2018, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, o ensino à distância na formação dos profissionais de saúde, especialmente os da enfermagem, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2018.

Carlos Pimenta, presidente.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 14/5/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Bernardo Borges da Silva, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Caroline Loures Silva Louzi, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Diomilton Ferraz Cardoso, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Hilton Mercini Junior, padrão VL-22, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cristiano Silveira;

nomeando Luana Mara Nunes Boldori, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Marisia Maria Gôngora de Jesus, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cristiano Silveira;

nomeando Martinha Francisca de Oliveira, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Pedro Borges Nery, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Raíra Grazielle Fernandes Moreira, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 27/2018

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 58/2018

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 30/5/2018, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para contratação de serviço técnico de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, em equipamentos fotográficos.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 14 de maio de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 29/2018

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 60/2018

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 4/6/2018, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de materiais para cabeamento estruturado.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 14 de maio de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.